



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

PROJETO DE LEI ORDINARIA 2/2020

Dispõe sobre a aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando lixo nos logradouros públicos, nos terrenos baldios e nas ruas da cidade de Corumbá e da outras providencias .

Artigo 1º Será multado na forma da Lei todo cidadão que for flagrado jogando qualquer tipo de lixo nos logradouros públicos, nos terrenos baldios e nas ruas no município de Corumbá.

Artigo 2º As penalidades previstas nessa Lei serão estabelecidas através de auto de infração lavrado contra o infrator contendo as seguintes informações:

Item 1 – local, data e hora da ocorrência ;

Item 2 – nome ou apelido do infrator;

Item 3 – se possível foto via celular do infrator cometendo a infração;

Item 4 – descrição do material que está sendo descartado pelo infrator;

Item 5 – endereço do infrator;

Item 6 – a identificação do infrator deveser encaminhada para a secretaria de fundação de meio ambiente e a guarda municipal de Corumbá ;

Item 7 – o poder executivo municipal criara telefone disque lixo para que o cidadão possa fazer as suas denuncias, bem como será criado um telefone com whatsapp para estar recebendo as denuncias bem como as fotos do infrator

Item 8 – o denunciante terá o seu nome preservado e estará sendo agraciado pelo poder executivo com alguma forma de bônus pela colaboração e apoio a limpeza de nossa cidade e a saúde do nosso povo.

Artigo 3º os agentes responsáveis pela atuação poderá solicitar, sempre que necessário, auxilio de força policial quando o infrator dificultará o cumprimento da lei .

ARTIGO 4º Os infratores dessa lei, serão penalizados com multas de R\$100,00 (CEM REAIS) podendo chegar até R\$1.000.00 (MIL REAIS) de acordo com a qualidade e quantidade de lixos jogados nos logradouro públicos, terrenos baldios ou nos terrenos de Corumbá.

1º os recursos financeiros, provenientes da arrecadação com as multas aplicadas serão destinados a rede feminina de combate ao câncer, a Equoterapia Dona Odilsa Miranda de Barros e a CRIPAN.

Artigo 5º O poder executivo adotara todas as medidas necessárias para a regulamentar a presente lei designando os órgãos responsáveis pela fiscalização e sua execução .

Parágrafo único – Entre as ações de regulamentação deveser haver a criação de um cadastro interno de controle das multas aplicadas e suas reincidências.

Artigo 6º para o reconhecimento desta norma legal e conscientização da população o poder executivo vinculará campanha publicitária para conhecimento de todos.

Artigo 7º esta lei entrara em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

CORUMBA/MS, 18 de Fevereiro de 2020

José Tadeu Vieira Pereira
1º Vice-presidente(a)

